

Necessidades informacionais dos alunos do curso de letras libras quanto à realização de pesquisas acadêmicas: um olhar inicial ao desenvolvimento da competência informacional dos alunos surdos

Daniela dos Santos Amadeo (UFSC) - daniela.amadeo@gmail.com

Elizete Vieira Vitorino (UFSC) - elizete@cin.ufsc.br

Resumo:

Pesquisa que trata do tema Competência Informacional dos alunos surdos, trazendo um breve histórico sobre a Competência Informacional, desenvolvimento de Necessidades Informacionais, Educação e Surdez. Aborda o letramento e aspectos de desenvolvimento da comunicação do aluno surdo. A pesquisa teve como objetivo analisar as necessidades informacionais dos alunos surdos do curso de letras Libras da UFSC na realização de pesquisas acadêmicas. Para o desenvolvimento da pesquisa foi aplicado um questionário com 20 alunos surdos do curso de Letras Libras presencial da UFSC. Os resultados demonstram que muitos, entre os alunos pesquisados, apresentam dificuldades em realizar pesquisas acadêmicas utilizando fontes de informação e mecanismos de busca adequados à pesquisa.

Palavras-chave: *Competência Informacional. Surdez. Necessidades Informacionais.*

Área temática: *Temática I: Tecnologias de informação e comunicação – um passo a frente*

Necessidades informacionais dos alunos do curso de letras Libras quanto à realização de pesquisas acadêmicas: um olhar inicial ao desenvolvimento da Competência Informacional dos alunos surdos

Resumo:

Pesquisa que trata do tema Competência Informacional dos alunos surdos, trazendo um breve histórico sobre a Competência Informacional, desenvolvimento de Necessidades Informacionais, Educação e Surdez. Aborda o letramento e aspectos de desenvolvimento da comunicação do aluno surdo. A pesquisa teve como objetivo analisar as necessidades informacionais dos alunos surdos do curso de letras Libras da UFSC na realização de pesquisas acadêmicas. Para o desenvolvimento da pesquisa foi aplicado um questionário com 20 alunos surdos do curso de Letras Libras presencial da UFSC. Os resultados demonstram que muitos, entre os alunos pesquisados, apresentam dificuldades em realizar pesquisas acadêmicas utilizando fontes de informação e mecanismos de busca adequados à pesquisa.

Palavras-chave: Competência Informacional. Surdez. Necessidades Informacionais.

Área Temática: Tecnologias de Informação e comunicação – um passo a frente

1 INTRODUÇÃO

Discussões em torno do significado de Letramento Informacional (*Information Literacy*) tem se tornado cada vez mais frequentes pelos profissionais da informação. Especialmente pesquisadores e bibliotecários percebem seu compromisso de auxiliar as pessoas a aprenderem com a informação.

Para dar conta da aprendizagem do universo informacional, surgiu nos anos de 1970, a expressão *Information Literacy*. Esta expressão foi utilizada inicialmente em 1974 nos Estados Unidos por Paul Zurkowski, que previa mudanças relacionadas aos produtos e serviços providos por instituições privadas e suas relações com as bibliotecas, e recomendava que se iniciasse um movimento nacional em direção à *Information Literacy* (DUDZIAK, 2003, p.24). Depois de Zurkowski, o estudo sobre a informação passou a ser mais explorada pelos educadores, passando a ser um importante fator de inserção social, pois ter afinidade e conhecimento das tecnologias facilita o uso da informação na resolução de problemas cotidianos.

Tendo em vista os estudos realizados por Vitorino e Piantola (2009), bem como outros critérios de pesquisa a serem detalhados na fundamentação conceitual, optou-se nesta pesquisa pela utilização do termo em português Competência Informacional como a tradução mais adequada ao contexto brasileiro para *Information Literacy*, e que será utilizado no decorrer deste trabalho.

No cotidiano acadêmico, saber utilizar as fontes de informação auxilia o aluno a alcançar melhores resultados e se manter informado. A disponibilização de informações via internet e o número ilimitado de fontes podem auxiliar na busca, mas por vezes tornam-se barreiras devido ao desconhecimento de certos mecanismos de filtragem, organização e busca da informação.

Nesse contexto, diversos tipos de recursos de ajuda podem ser disponibilizados pelas fontes de informação afim de auxiliar os alunos na busca da informação desejada. Para alunos surdos, os recursos visuais auxiliam melhor na compreensão das informações.

2 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Para denominar as habilidades que se referem a utilização efetiva da informação na revolução informacional, surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos, uma expressão denominada *Information Literacy*. O mentor da idéia de habilidades informacionais e também criador da expressão foi o bibliotecário Paul Zurkowski, segundo Campello (2003), a expressão criada pelo bibliotecário americano era utilizada para designar habilidades ligadas ao uso da informação em meio eletrônico.

Para muitos autores, as noções de *Information Literacy* e de competências nos mais variados recursos tecnológicos se equivalem. De acordo com esses pontos de vista, a Competência Informacional estaria ligada a uma série de habilidades técnicas ou cognitivas em acessar conteúdos informacionais em meio digital.

No decorrer do desenvolvimento de pesquisas sobre *Information Literacy*, pesquisadores brasileiros iniciaram suas pesquisas sobre esta temática, e, inicialmente, este termo não foi traduzido para o português, utilizado apenas como adotado na língua inglesa, como é o caso da pesquisa sobre os princípios da *Information Literacy* cunhado por Dudziak (2002). Esta autora, em seu trabalho de 2003, afirma que o conceito deste termo permanece um pouco indefinido, ainda, alguns autores afirmam que a *Information Literacy* é apenas um exercício de relações públicas, um nome mais atual para práticas biblioteconômicas consolidadas.

No entanto, para questões de padronização, houve a necessidade de traduzir este termo para o Português, e até os dias de hoje, o termo ainda se encontra em

definição para o Português. Os termos mais utilizados pelos pesquisadores brasileiros para traduzir a expressão *Information Literacy* são: Competência Informacional e Competência em Informação. Realizando uma reflexão a partir dos estudos de Vitorino e Piantola (2009) e analisando o site ALFIN Ibero América¹, que apresenta as pesquisas em torno da temática em toda a América Latina, definiu-se, para a pesquisa em questão, a adoção do termo Competência Informacional, por entender-se que este termo carrega um significado ligado ao sentido de internalização das habilidades, e não simples técnicas para lidar com a informação.

Estudos têm sido realizados sobre a definição, características, diferentes concepções, casos e análise da expressão. Porém, diversas pesquisas sobre Competência Informacional ainda estão em andamento, um território ainda indefinido. Sendo um conceito dinâmico, constantemente é repensado.

Há por parte dos bibliotecários uma preocupação sócio-educativa, relativa à educação de usuários, porém, apesar dessas iniciativas, constata-se falta de uma política integradora junto à comunidade acadêmica, com relação aos processos de ensino aprendizagem. (DUDZIAK, 2003, p.28).

O desenvolvimento de Competências Informacionais pode tornar o trabalho de qualquer profissional mais produtivo, principalmente nas atividades ligadas à informação. Segundo Agrasso Neto; Abreu (2009, p.114) “a identificação das competências informacionais em atividades que usam intensivamente a informação torna-se importante ferramenta para o gerenciamento da oferta e da demanda de informação.”

Todas as práticas, dentro deste campo, estão orientadas para o desenvolvimento da competência informacional, pois este é um atributo da cidadania que não deve ser ensinado, e sim desenvolvido nas pessoas.

Para Takahashi (2000, p.45):

Formar o cidadão não significa “preparar o consumidor”. Significa capacitar as pessoas para a tomada de decisões e para a escolha informada acerca de todos os aspectos na vida em sociedade que as afetam, o que exige acesso à informação e ao conhecimento e capacidade de processá-los judiciosamente, sem se deixar levar cegamente pelo poder econômico ou político.

¹ O site ALFIN Iberoamérica é coordenado pelo pesquisador Alejandro Uribe Tirado, que desenvolve pesquisas sobre Competência Informacional em toda a Iberoamérica. A Iberoamérica compreende toda a América Latina, Portugal e Espanha. O site pode ser visitado a partir da URL <http://alfiniberoamerica.blogspot.com.br/>.

Portanto, os bibliotecários devem ocupar a sua posição na tentativa de definir e desenvolver a competência informacional no ambiente educacional, em todas as escolas e universidades. A capacitação para a aprendizagem ao longo da vida é obrigação das instituições de ensino. Também é missão das escolas formar alunos para a investigação acadêmica eficaz (FAZZIONI, 2011, p. 91).

3 NECESSIDADES INFORMACIONAIS

As necessidades de informação são o ponto de partida para o desenvolvimento da Competência Informacional. Campello (2003, p. 35) já destaca que, para que a Competência Informacional se desenvolva, é preciso que a necessidade de informação seja reconhecida, para a tomada de decisões no uso da informação. Para isso, desenvolve-se um apanhado conceitual sobre as necessidades de informação. Interpretando a citação anterior, pode-se entender que o reconhecimento de uma necessidade de informação é o ponto de partida para o processo de busca da informação.

Primeiramente, busca-se na literatura o significado da palavra necessidade. Segundo Paisley (1968 apud BETTIOL, 1990, p. 62), necessidade é:

O que um indivíduo deve ter para o seu trabalho, pesquisa, instrução, recreação. No caso de um pesquisador, um item necessário é aquele que levará adiante sua pesquisa. Pode haver um julgamento de valor implícito na maneira como o termo é utilizado. Necessidade é usualmente concebida como uma contribuição para uma finalidade séria, não frívola [...] o conceito da necessidade é inseparável dos valores da sociedade. Uma necessidade identificada como um desejo: uma necessidade identificada de pesquisa poderia ser reconhecida como um desejo, enquanto que uma necessidade identificada de "instrução" poderia muito bem conflitar com um desejo expresso. Uma necessidade é uma demanda em potencial.

Nesse sentido, pode-se entender, de acordo com a citação apresentada, que uma necessidade é uma demanda, nesse caso, uma demanda de informação originada de uma situação. Essas necessidades informacionais podem ser geradas por diversos fatores sociais, tais como a comunicação ou o simples fato de saber. A necessidade de informação é diferente das necessidades físicas que se originam de exigências resultantes da natureza, como comer, dormir, etc. (LE COADIC, 2004, p.39). O que leva uma pessoa a procurar uma informação, na maioria das vezes, é a existência de um problema a resolver.

Porém, ainda segundo Le Coadic (2004, p.39) o fato de ela não ser partilhada igualmente por todos os seres humanos deixa algumas dúvidas sobre se há realmente uma necessidade de informação bem definida que pode ser considerada fundamental ou se a necessidade de informação é uma necessidade derivada.

A informação é a seiva da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não haveria o conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente. (LE COADIC, 2004, p. 26).

Porém, tantos autores acreditam que a necessidade de informação é uma necessidade derivada, Wilson (1981 apud BETTIOL, 1990, p. 66), sugeriu que este termo seja reformulado de 'necessidade de informação' para 'busca de informação para a satisfação de necessidades'. Isso porque este autor acredita que essas necessidades são originadas do papel que um indivíduo desempenha na sua vida social.

Corroborando com Wilson e Le Coadic, resgata-se Martinez-Silveira e Oddone (2007, p.120, p. 66), que afirmam que as necessidades informacionais geralmente se originam de situações relacionadas às atividades de cada indivíduo, ou seja, a necessidade de informação é oriunda de alguma situação que exigiu um grau de conhecimento maior.

Para Silva e Cunha (2002 apud FAZZIONI, 2011, p. 91), “a educação no século XXI deverá ser uma educação ao longo da vida”. O que implica em aceitar que o conhecimento específico logo fica obsoleto ou que, de maneira geral, não há conhecimento que esteja isento de erros ou ilusões.

4 SURDEZ

Quando se trata sobre a surdez e a educação de surdos, deve-se considerar a maneira como o surdo tem sido visto e educado ao longo dos anos.

Antigamente, para os gregos e romanos os surdos não eram considerados seres humanos competentes, pois acreditava-se que o pensamento não podia se desenvolver sem a linguagem, e esta sem a fala. Logo, quem não ouvia não desenvolvia a fala e não pensava, não podendo receber nenhum tipo de educação. Essa regra aplicava-se apenas às pessoas que nasciam surdas, as que ficavam

surdas após os primeiros anos de vida, por terem tido algum contato com a linguagem e conseguirem se comunicar, não eram considerados incapazes (MOURA, 2000, p.16).

Ainda na antiguidade, os surdos eram privados de todos os seus direitos legais, eram confundidos com “retardados” e até o século XII eles não podiam se casar. Sofriam também alguns impedimentos religiosos por não poder falar os sacramentos.

Os primeiros estudos que mostraram a possibilidade de o surdo aprender através da Libras ou da Língua oral foram feitos por Bartolo della Marca d’Ancona, advogado e escritor do século XIV. Ele considerava a possibilidade de os surdos poderem se expressar pelos sinais ou por outras formas (MOURA, 2000, p.17).

Com o passar dos anos, esta visão de que os surdos eram seres humanos “incompetentes” foi sendo deixada de lado, a educação de surdos tem suas especificidades, exigindo que os profissionais da área em se profissionalizem cada vez mais.

Segundo Guesueli (2003, p.147) a Libras está mais popular nos dias de hoje, passou a ser aceita pelos ouvintes e considerada importante no processo educacional dos surdos. Porém a língua de sinais ainda é utilizada como instrumento para se atingir a oralização ou a escrita do surdo, transformando-o em ouvinte, o que demonstra certo fracasso. Para a autora os ouvintes ainda não entenderam que aceitar a Língua de Sinais é também aceitar a surdez como diferença.

4.1 CULTURA SURDA

A surdez pode ser interpretada sob dois aspectos, o sociocultural e o médico. Do ponto de vista médico ela geralmente é tida como uma deficiência física a ser curada, para que o surdo possa tornar-se parte da sociedade em que vive sem ser um indivíduo diferente dos demais. Socioculturalmente é considerado o fato de o surdo ter autonomia para se comunicar por meio da sua língua materna, que é a Língua Brasileira de Sinais a Libras com aspectos linguísticos e culturais próprios.

Segundo Gesser (2009, p.63):

Há duas grandes formas de conceber a surdez: patologicamente ou culturalmente. [...] contrária à medicalização, concepção segundo a qual o surdo é visto como portador de uma deficiência física, que precisa de

recursos ou intervenções cirúrgicas para se tornar “normal” e fazer parte do grupo majoritário na sociedade em que vive. Ver a surdez como um problema está diretamente relacionado à visão patológica. É importante frisar, todavia, que os surdos e ouvintes que usam e valorizam a língua de sinais assumem uma postura positiva diante da surdez.

Para a maioria das pessoas é normal utilizar os termos *mudo*, *surdo-mudo* e *deficiente auditivo*, porém a grande maioria dos surdos não aceita essa denominação. Para pessoas que desconhecem a discussão sobre a surdez e não estão envolvidas de alguma maneira com a comunidade surda, isso pode parecer “normal”.

Segundo Strobel (2008, p.33) o “povo surdo” não se isola da comunidade ouvinte. Os sujeitos surdos quando se identificam com a comunidade surda sentem-se motivados a valorizar a sua condição cultural, ficando autoconfiantes para serem respeitados como sujeitos diferentes e não deficientes.

4.2 LETRAMENTO DO ALUNO SURDO

Designa-se por letramento o resultado da ação de ensinar a ler e escrever. É o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita (SOARES, 2003).

Os estudos realizados por Soares (2003) e Dionísio (2007) apontam para o fato da palavra letramento não estar dicionarizada, mesmo sendo uma palavra antiga em outra sociedade. Destacam o surgimento da palavra letramento, no início dos anos 80, como uma necessidade de uma nova realidade social na qual não basta apenas ler e escrever, é preciso saber responder as novas exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente.

Neste cenário, o indivíduo que nasce surdo, em uma família de surdos tem acesso a Libras desde os primeiros anos de vida, o que facilita o seu aprendizado e torna a Libras sua língua materna. Os surdos que nascem em famílias ouvintes, muitas vezes não tem acesso á Libras desde os primeiros anos de vida, desenvolvendo uma comunicação gestual caseira. Segundo Lodi, Harrison e Campos (2002, p. 37) esses mesmos sujeitos, ao serem expostos a ela, não a diferenciam, inicialmente, do português, tratando-a como uma representação gestual da língua falada:

A língua de sinais é uma língua visuogestual, criada pela comunidade de surdos. Ela é composta de movimentos e formatos específicos de mãos, braços, olhos, face, cabeça e postura corporal, que combinados fornecem as características gramaticais necessárias para a formação de uma língua (fonológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas). É o meio natural de comunicação entre os surdos, e a criança deve ser exposta a ela o mais cedo possível por meio do contato com adulto surdo fluente em situações significativas e contextualizadas (LIMA; BOECHAT; TEGA, 2003, p.46).

Nachman (2002 apud SANTOS; LIMA; ROSSI, 2003, p. 17) aponta que o desenvolvimento de linguagem e o educacional não estão relacionados ao grau da perda auditiva, mas sim à idade de identificação da deficiência auditiva.

No Brasil, o diagnóstico dos problemas auditivos ocorre tardiamente, por volta dos três ou quatro anos de idade, o que prejudica o desenvolvimento intelectual da criança, pois é nos primeiros anos de vida que a criança necessita de informações para aquisição da linguagem.

Segundo Pereira (2003, p.47) estudos sobre crianças surdas, filhas de pais surdos, demonstram que estas apresentam desenvolvimento linguístico, cognitivo e acadêmico comparáveis ao de crianças filhas de pais ouvintes, o que sugere que, quanto antes a criança surda for exposta à Libras, melhor será o seu desenvolvimento educacional.

Diante disso, os alunos surdos chegam à graduação na UFSC apresentando diferentes níveis de domínio e conhecimento da Libras e do português.

Para Lodi, Harrison e Campos (2002, p. 36) o letramento não pode ser reduzido à aprendizagem da escrita como código de representação da fala: ser letrado é participar ativamente de práticas discursivas letradas, orais e escritas.

O desenvolvimento pleno da leitura e escrita são essenciais para a realização de pesquisas. Lodi, Harrison e Campos (2002, p. 38-39) salientam que todos os estudos que, de certa maneira desvalorizam as culturas de grupos sociais sem escrita, partem da ótica de um pesquisador letrado.

Ainda sob este foco e segundo os autores, para o sujeito surdo a aquisição do português não se restringe somente aos surdos, envolve as políticas educacionais em desenvolvimento, sendo que as minorias tem sua situação agravada devido as especificidades linguísticas e culturais destes grupos sociais (LODI; HARRISON; CAMPOS, 2002, p.13).

4.3 EDUCAÇÃO DE SURDOS E NOVAS TECNOLOGIAS

Os avanços tecnológicos trazem consigo novas necessidades. A introdução dos alunos na era digital, as chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tanto na educação de ouvintes quanto na educação de surdos fez com que aulas de informática surgissem nas escolas e em outros espaços de ensino.

Segundo Stumpf (2010, p.2) as novas tecnologias revolucionaram o mundo das comunicações e podem fazer com que ele seja mais acolhedor para os surdos, porém permanecem grandes dificuldades quanto à incorporação desses avanços à vida da maioria deles. O acesso aos equipamentos é uma dessas dificuldades.

As novas tecnologias são visuais, porém em sua grande maioria demandam sujeitos alfabetizados, o que dificulta totalmente a acessibilidade de pessoas surdas.

Conforme aponta Stumpf (2010, p.2):

A população surda, em nosso país e na maioria dos países, é em grande parte, composta de analfabetos funcionais na escrita da língua oral do próprio país e as produções em Libras exigem a disponibilidade de vários artefatos de cultura como câmeras, vídeos, tradutores, intérpretes etc.

Neste sentido, existe o Grupo de Pesquisa Vídeo Registro em Libras, na UFSC, que lançou recentemente a “Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras”, Coordenada pelo Professor Dr. Rodrigo Rosso Marques. Nesta revista os artigos são publicados em formato de vídeo em Libras. As normas de publicação, assim como o “sobre a revista” e condições de submissão da revista estão todos em formato de vídeo em Libras. O layout do site é bem parecido com o das revistas eletrônicas do Portal de Periódicos da UFSC (criado pelo Departamento de Ciência da Informação da UFSC e coordenado pela Biblioteca Universitária da mesma instituição).

A regulamentação da Libras é um grande passo para que se caminhe rumo à solução da dificuldade de acessibilidade aos conteúdos digitais por pessoas surdas. O acesso a uma língua plena, aliada ao uso das novas tecnologias, aponta para reais possibilidades de um grande salto de qualidade nessa educação cujo principal objetivo é a inclusão do sujeito surdo na escola e na sociedade (STUMPF, 2010, p.3)

De acordo com o capítulo IV, artigo 14 do Decreto nº5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares

desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005).

De acordo com a referida Lei cabe ao governo, obrigatoriamente desde a educação infantil, ofertar além do ensino da Libras e da Língua Portuguesa como segunda Língua, ainda: “disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva”.

Porém segundo Stumpf (2010, p.3) utilizar as novas tecnologias não garante a escola um avanço de qualidade se esta continuar com os antigos processos de aprendizagem tradicionais de transmissão de informações. É preciso utilizá-las como ferramentas de trocas cognitivas. E, no caso dos surdos, a língua a ancorar essas práticas precisa ser a Libras.

5 METODOLOGIA

Elemento decisivo para a realização dessa pesquisa é o fato de o Curso Graduação em Letras Libras ser oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nas modalidades à distância desde 2006 e presencial desde 2009. Sendo assim, esses dois novos cursos em fase de implantação e crescente desenvolvimento necessitam de constantes ajustes devido às suas especificidades.

Sob este aspecto, foram criadas recentemente no Brasil a lei 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o decreto 5.626/2005 que regulamenta as leis 10.436 e 10.098, que também dispõe sobre a Libras e regulamenta a sua inclusão como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Licenciatura, Magistério e Fonoaudiologia de instituições públicas e privadas. A legislação garante a essas pessoas o direito à inclusão social, e despertam na sociedade uma reflexão sobre a temática da inclusão.

Segundo o projeto político pedagógico do Curso de Libras; as modalidades à distância e presencial são uma proposição para atender às demandas impostas pela inclusão dos surdos na educação e a inclusão da Libras nos cursos de Pedagogia, Licenciaturas e Fonoaudiologia, conforme previsto no Decreto 5.626/2005. São

cursos de licenciatura e de bacharelado para formar professores e tradutores intérpretes de Libras, respectivamente.

Estes cursos foram oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade a distância, como projeto especial, com o aporte financeiro da Secretaria de Educação a Distância (SEED), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nessa modalidade, a titulação da primeira turma foi da UFSC em 2010 e da segunda turma em 2012. O curso na modalidade presencial é um curso regular da UFSC.

A pesquisa teve como finalidade a análise de necessidades informacionais dos alunos surdos do Curso de Libras na modalidade presencial da UFSC. Portanto o universo da pesquisa são os alunos do referido curso.

O curso de Letras Libras possui duas habilitações: Licenciatura e Bacharelado. A Licenciatura forma um profissional apto para atuar como professor de Libras nos diferentes níveis de ensino. O campo de atuação do licenciado é no ensino de Libras como primeira língua (para surdos que desejam aprender ou se aperfeiçoar na Libras) e segunda língua (para ouvintes que desejam aprender a Libras).

O Bacharelado forma um profissional apto para atuar como Tradutor/Intérprete de Libras em diferentes contextos, com foco na área da educação. Portanto, a maioria dos alunos surdos encontra-se matriculada na Licenciatura.

O Curso de Letras Libras da UFSC possui duas modalidades, o Ensino à Distância (EaD), com 15 pólos distribuídos pelo Brasil somando um total de 700 alunos. E o curso presencial, com 89 alunos, sendo que destes 34 são do bacharelado e 55 da Licenciatura.

A seleção da amostra foi realizada de maneira não aleatória e por conveniência, foi necessário delimitar a amostra da pesquisa aos alunos que estudam no curso presencial na UFSC. A amostra desta pesquisa é formada por 20 alunos surdos da licenciatura, que na época da realização da pesquisa cursavam a 4ª fase do curso de Letras Libras da UFSC.

Nesta pesquisa, o instrumento de coleta de dados foi o questionário, por ser o instrumento de pesquisa mais adequado a este estudo, o qual foi aplicado aos alunos do Curso de Letras Libras da UFSC.

Foi solicitada a autorização para realização da pesquisa à coordenadora do curso de Libras presencial Professora Aline Lemos Pizzio, a qual assinou o termo de conhecimento da pesquisa.

O questionário aplicado foi elaborado com 10 questões fechadas. Realizou-se um pré-teste com 5 alunos do curso de Letras Libras. Os alunos que responderam ao pré-teste não participaram da coleta de dados da pesquisa. A aplicação do pré-teste foi realizada pela pesquisadora no dia 19 de junho de 2012 no horário de aula cedido pela Professora Aline Lemos Pizzio, em sala de aula, com o auxílio da monitora da disciplina.

Após a aplicação do pré-teste, foi acrescentada uma questão ao instrumento de coleta, levando em consideração as sugestões dos entrevistados.

A aplicação do questionário foi realizada pela pesquisadora nos dias 20 e 22 de junho de 2012, com 20 alunos surdos da licenciatura, novamente no horário de aula cedido pela Professora Aline Lemos Pizzio, o questionário foi aplicado em sala de aula, com o auxílio da professora, pois os intérpretes estavam em greve neste período.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da inclusão de pessoas que apresentam especificidades quanto à audição, em ambientes digitais, requer a criação de ferramentas que auxiliem a acessibilidade à mecanismos de pesquisa, facilitando a formação e o desenvolvimento da Competência Informacional desses indivíduos. Tendo em vista que a UFSC promove cursos denominados de inclusão social, procuramos identificar dentre os alunos surdos algumas características que auxiliassem a universidade a incluir nas suas políticas, práticas que facilitem o acesso a dados disponíveis na internet, principalmente as utilizadas para pesquisas acadêmicas, pelos alunos surdos.

Portanto, percebe-se que a dificuldade de acesso aos portais de periódicos disponibilizados pela UFSC, poderia ser minimizada com um vídeo tutorial em Libras, que pode ser produzido pela própria universidade e incorporado ao site da Biblioteca Universitária.

Durante a investigação foi possível analisar as necessidades informacionais dos alunos surdos do curso de Libras da UFSC na realização de pesquisas acadêmicas, identificando quais os mecanismos de busca mais utilizados pelos mesmos, bem como as dificuldades informacionais por eles apresentadas nas respostas do questionário.

Para que a aprendizagem do aluno surdo aconteça, ele precisa ser o sujeito da ação e se conscientizar da necessidade de uma atitude favorável ao aprendizado contínuo na utilização das técnicas de pesquisa, com a mediação, em maior ou menor grau, do profissional da informação.

Para ser competente em informação, de acordo com a *American Library Association*, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Pessoas competentes informacionais são aquelas que aprenderam a aprender.

A Libras é a forma de comunicação mais utilizada pelos surdos e reconhecida oficialmente. Os recursos visuais que estão presentes na língua de sinais contribuem no processo cognitivo do surdo e no entendimento da realidade que o cerca.

Como resultado deste trabalho, sugere-se que as capacitações, ofertadas na Biblioteca Central da UFSC possam ter, em alguns horários, intérpretes de Libras.

Percebeu-se também através das respostas analisadas que, as dificuldades de acesso ao Portal de Periódicos da UFSC e da CAPES poderiam ser minimizadas com o auxílio de um vídeo tutorial em Libras, que pode ser produzido pela própria universidade e incorporado ao site da Biblioteca Universitária.

A Competência Informacional é um novo paradigma a ser alcançado pelas pessoas que buscam a cidadania, emancipação, qualidade de vida, saúde, lazer e principalmente o desenvolvimento profissional. Mais importante do que a informação é saber buscar e trabalhar com ela.

REFERÊNCIAS

AGRASSO NETO, M.; ABREU, A. F. **Conhecimento Científico**: subsídios para gestão de serviços de referência e informação. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009, 232 p.

BETTIOL, E. M. Necessidades de informação: uma revisão. *Revista de biblioteconomia*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 1990. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BETTIOL.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____. Lei nº 10.436/2002, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____. Decreto 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 27 jun. 2012.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/index.php/rbbd/article/view/18>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

DIONÍSIO, M. L. Educação e estudos atuais sobre o letramento. **Perspectiva**, v.25, n.1, p. 209-224, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1635/1376>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n.1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100003>. Acesso em: 26 jun. 2012.

FAZZIONI, D. P. M. A competência informacional em pacientes hipertensos. 2011. 177p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Ed., 2009.

GUESUELI, Z. M. **Língua de sinais e aquisição da escrita**. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (Org.). *Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades*. São Paulo, SP: Plexus, 2003. cap. 8.

LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue**. São Paulo, SP: Plexus, 2000.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, M. C. M. P.; BOECHAT, H. A.; TEGA, L. M. Habilitação fonoaudiológica da surdez: uma experiência no Cepre/FCM/Unicamp. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo, SP: Plexus, 2003. cap. 2.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In: LODI, A. C. B. et al. **Letramento e minorias**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2002. cap.3.

MARTINEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**. 2007, vol.36, n.2, p. 118-127. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n2/12.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2012.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro (RJ): Revinter, 2000.

PEREIRA, M. C. C. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. In: LODI, A. C. B. et al. **Letramento e minorias**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2002. cap. 4.

SANTOS, M. F. C.; LIMA, M. C. M. P.; ROSSI, T. R. F. Surdez: diagnóstico audiológico. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo, SP: Plexus, 2003. cap. 1.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2008. 118p.

STUMPF, M. R. Educação de surdos e novas tecnologias. Texto base – Eixo de formação pedagógica, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras Libras à distância. UFSC, 2010. p. 34. Disponível em: http://www.Libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/educacaoDeSurdosENovasTecnologias/assets/719/TextoEduTecnologia1_Texto_base_Atualizado_1_.pdf. Acesso em: 01 dez. 2012.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203p.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1745/1343>>. Acesso em: 19 nov. 2011.